



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA
CÂMARA MUNICIPAL

CÂMARA MUNICIPAL
DE
PAMPILHOSA DA SERRA

DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 31/07/2017
(Contém folhas)

ATA Nº 16

Estiveram presentes os seguintes membros:

Presidente:	José Alberto Pacheco Brito Dias	(PSD)
Vereador:	Jorge Alves Custódio	(PSD)
Vereador:	João dos Santos Alves	(PSD)
Vereador:	Isabel Alexandra Lopes dos Santos Tomé	(PSD)
Vereador:	Carlos Manuel Nunes Alegre	(PSD)

Faltaram os seguintes membros:

Presidente:
Vereadores:



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA
CÂMARA MUNICIPAL

REUNIÃO DE 31/07/2017

ATA Nº 16

----- Aos trinta e um dias do mês de julho do ano dois mil e dezassete, nesta Vila de Pampilhosa da Serra, no edifício dos Paços do Concelho e Sala de Reuniões, realizou-se a reunião ordinária da Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra, sob a presidência do Exmo. Senhor José Alberto Pacheco Brito Dias, na qualidade de Presidente, estando presentes os Vereadores, Senhores Jorge Alves Custódio, Isabel Alexandra Lopes dos Santos Tomé, João dos Santos Alves e Carlos Manuel Nunes Alegre. -----

----- A reunião foi secretariada por Sandra Maria da Silva Seco, Técnica Superior. -----

----- E sendo a hora designada para início dos trabalhos e verificando-se haver "quorum" para funcionamento do Órgão Executivo, tendo os membros presentes ocupado os seus lugares, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião. -----

----- A ata da reunião ordinária realizada no dia 10 de julho de 2017 foi posta à votação, tendo sido aprovada por maioria, com uma abstenção do Senhor Vereador João dos Santos Alves, por ter estado ausente na referida reunião. -----

I - PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

1.1 - INFORMAÇÕES DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA E DOS SENHORES VEREADORES

1.1.1 - Informações do Senhor Presidente

----- O Senhor Presidente informou o restante Executivo, que, até à presente data, tem recebido de diversos organismos institucionais, quer públicos, quer privados e empresas, Votos de Pesar e de Solidariedade, relativamente aos acontecimentos ocorridos com os incêndios que assolaram a região no passado mês de junho. -----



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

----- Que, em reunião havida com os Concelhos afetados pelos incêndios, foi comunicado que os subsídios à agricultura iriam ser atribuídos de forma faseada e em função de quantitativos a definir pelo Governo. -----

----- Que, por publicação em Diário da República, foi aprovado o Projeto Piloto - Cadastro Rústico dos Concelhos afetados pelos incêndios florestais ocorridos em 17 de junho de 2017 e que abrange os Concelhos de Castanheira de Pêra, Figueiró dos Vinhos, Góis, Pampilhosa da Serra, Pedrógão Grande, Penela e Sertã. -----

----- Que, foi elaborado o Programa de Revitalização do Pinhal Interior, pela necessidade da elaboração de um programa de ação para a revitalização sócio económica dos sete Concelhos afetados pelo incêndio do dia 17 de junho. -----

----- Que, recebeu da Comissão de Melhoramentos de Aldeia Cimeira, um convite, extensivo ao restante Executivo, para o evento que ocorrerá no dia 20 de agosto do corrente ano. -----

II - PERIODO DA ORDEM DO DIA

2.1 - CÂMARA MUNICIPAL

2.1.1 - Expansão/Ampliação da Zona Industrial do Alto das Aldeias - Aquisição de Terreno

----- Informação do Senhor Presidente da Câmara: -----

----- Considerando a deliberação tomada em reunião de Câmara realizada em 08/11/2011, no respeitante à aquisição de terrenos destinados à expansão/ampliação da Zona Industrial do Alto das Aldeias, foram identificados e posteriormente adquiridos diversos terrenos destinados a esse fim. -----

----- Tendo em conta a necessidade de atrair investimento e iniciativas externas que venham contribuir para o desenvolvimento económico do Concelho; atendendo que o Município pretende ser um parceiro ativo e empenhado no processo de desenvolvimento económico do território e considerando a falta de espaços adequados para a localização de empresas, constitui desígnio desta Autarquia dar continuidade à ampliação da Zona Industrial do Alto das Aldeias. -----

----- Com vista à concretização de tal propósito em conjunto com os respetivos proprietários, efetuou-se a identificação do terreno, bem como o respetivo levantamento



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

topográfico do mesmo. Paralelamente, efetuou-se a análise da situação jurídica do mesmo e encetaram-se as negociações no sentido de se chegar ao estabelecimento de um valor justo, a suportar pela Autarquia, aquando da respetiva compra. -----

----- Das referidas negociações e tendo em consideração vários fatores de ponderação, nomeadamente o declive do terreno, resultou o estabelecimento de um valor de **1,10 €/m²**, a suportar pela Câmara Municipal, aquando da compra do artigo Rústico nº 32711 da Freguesia e Concelho de Pampilhosa da Serra, havendo assim, uma desvalorização de 0,40 €/m² em relação ao valor apurado em aquisições anteriores. -----

----- Assim, no uso das competências que me foram delegadas por deliberação tomada pela Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra, na reunião realizada em 15/10/2013, designadamente a prevista na al. g), do nº 1 do artº 33º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, **informo que irá ser adquirido um terreno, sito no lugar de "Cabeça Pequena", Freguesia e Concelho de Pampilhosa da Serra, com a área de 1.948m², inscrito na matriz predial rústica da freguesia de Pampilhosa da Serra, sob o artigo nº 32711, não descrito na Conservatória do Registo Predial de Pampilhosa da Serra, propriedade dos senhores: ½ Manuel Cardoso Ramos e mulher Leontina Miranda Antão do Desterro Ramos, casados no regime de comunhão de adquiridos, contribuintes fiscais nºs 109.054.970 e 103.013.806, respetivamente, titulares dos cartões de cidadão nºs 02521190 0 ZY9, válido até 17/02/2019 e 04376120 8 ZX6, válido até 04/03/2019, e, ½ de José Cardoso Ramos e mulher Maria Isabel de Almeida Mota Ramos, casados no regime de comunhão geral de bens, contribuintes fiscais nºs 125.497.300 e 116.469.803, respetivamente, titulares dos Cartões de Cidadão nºs 04000438 4 ZY6, válido até 07/09/2021 e 07598437 7 ZZ8, válido até 19/02/2021.** -----

----- Dos contactos e negociações encetados com os proprietários do imóvel em questão, foi acordado o pagamento do **valor global de 2.142,80€** (dois mil cento e quarenta e dois euros e oitenta centimos), a suportar pelo Município para a compra do respetivo imóvel, existindo verba em orçamento para efetuar a referida aquisição, d acordo com a informação emitida pela Divisão Financeira desta Autarquia, anexa à presente. -----

----- A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

2.1.2 - Freguesia de Fajão-Vidual

- Informação sobre deficiência/ausência de comunicações fixas e móveis na Freguesia

----- Foi presente um e-mail da Freguesia de Fajão-Vidual, a solicitar a intervenção do Município, para, junto da PT-MEO, seja solucionado o problema das constantes avarias



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

dos telefones fixos da localidade da Covanca e de outros lugares da Freguesia. -----

----- Após análise, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade comunicar à MEO para que sejam solucionadas as avarias constantes e que perduram há vários dias. -----

----- Mais deliberou dar conhecimento à ANACOM - Entidade Reguladora e ao respetivo Ministério. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

2.1.3 - Protocolo "Medidas emergentes nas áreas de intervenção prioritárias de proteção dos recursos hídricos afetados pelos incêndios de 17 a 24 de junho de 2017"

----- Foi presente um Protocolo, a celebrar com o Ministério do Ambiente e os Municípios assolados pela catástrofe dos incêndios ocorridos no mês de junho, onde o Concelho de Pampilhosa da Serra é parte integrante. -----

----- O presente Protocolo tem por objeto, a concretização das medidas acordadas tendentes a minimizar os efeitos decorrentes da ocorrência de próximos eventos de precipitação com risco de obstrução de linhas de água, destruição de infraestruturas, nomeadamente viárias, riscos de inundação e afetação de captações de água superficial e de áreas de uso balneário. -----

----- Após análise, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar e dar poderes ao Senhor Presidente para assinar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

3 - DIVISÃO FINANCEIRA

3.1 - SECÇÃO FINANCEIRA

3.1.1 - Resumo Diário de Tesouraria

----- Foi presente o Resumo Diário de Tesouraria respeitante ao dia 27 de julho de 2017, que apresenta os seguintes valores / total de disponibilidades: -----

----- De operações orçamentais: 2.057.254,43 € (dois milhões, cinquenta e sete mil duzentos e cinquenta e quatro euros e quarenta e três centavos); -----

----- De operações não orçamentais: 257.167,52 € (duzentos e cinquenta e sete mil cento e



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

sessenta e sete euros e cinquenta e dois cêntimos), num total de 2.324.606,38 € (dois milhões trezentos e vinte e quatro mil seiscientos e seis euros e trinta e oito cêntimos).-----

----- A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

3.1.2 – Associação Empresarial de Pampilhosa da Serra – Protocolo Financeiro de Cooperação – Transferência de verbas

- Ratificação de Despacho do Senhor Presidente da Câmara

----- Considerando que a Associação Empresarial de Pampilhosa da Serra, necessita de angariar fundos para solver os seus compromissos. -----

----- Considerando que foi elaborado um Protocolo Financeiro e de Cooperação em reunião de câmara de 27 de novembro, de 2012. -----

----- Considerando que o nº 2 da cláusula 11ª, refere que deverá ser pago em duodécimos, -----

----- Determino que a título excecional seja paga a importância correspondente aos meses de agosto a dezembro de 2017, no valor de 1.041,65 €. -----

----- Que seja remetida para ratificação, a decisão tomada ao abrigo do nº 3 do artº 35º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- Face ao exposto e após análise, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade ratificar. -----

----- O Senhor Vereador João dos Santos Alves ausentou-se da sala, por estar impedido por lei. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

3.1.3 – Comissão de Melhoramentos da Póvoa

- Equipas de Futsal – Pedido de apoio financeiro

---- A Câmara Municipal deliberou por unanimidade retirar o ponto 3.1.3 da Ordem de Trabalhos, a fim de ser reavaliado com a Comissão de Melhoramentos da Póvoa a tramitação processual relativa ao apoio solicitado. -----

3.1.4 – Abertura de Conta Bancária – Fundo REVITA

----- Foi presente uma Informação da Divisão Financeira, do seguinte teor: -----

----- “ Por Decreto-Lei nº 81-A/2017, de 07 de junho, foi criado o fundo de apoio às populações e à revitalização das áreas afetadas pelos incêndios (aplicado aos concelhos de Pedrógão Grande, Castanheira de Pera e Figueiró dos Vinhos), a que se designou FUNDO REVITA. -----



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

----- O Decreto-Lei acima referenciado, tem como finalidade e objetivos a recolha de donativos, quer em dinheiro, quer em espécie. -----

----- Para fazer face ao cumprimento deste normativo legal é necessário, a abertura de uma conta em Instituição Financeira, (regime de equiparação) de modo a poder receber tais donativos. -----

----- Nestes termos e para efeito do nº 1 do artigo 66º da NORMA DE CONTROLO INTERNO, deverá ser autorizado pelo Órgão Executivo". -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade e nos termos do nº 1 do artigo 66º da Norma de Controlo Interno, proceder à abertura de conta bancária na Caixa Geral de Depósitos. -----

----- Nos termos do disposto no nº 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

4 - DIVISÃO ADMINISTRATIVA

4.1 - SERVIÇOS JURÍDICOS

4.1.1 - Passagem ao Domínio Público Municipal - Artigos nºs 74, 85 e 95, inscritos na matriz predial rústica da Freguesia de Janeiro de Baixo, Concelho de Pampilhosa da Serra

----- Foi presente uma informação dos Serviços Jurídicos do seguinte teor: -----

----- "Tendo em conta a solicitação feita pela Senhora Maria Adélia Pacheco Pires, na respetiva qualidade de cabeça de Casal da Herança aberta por óbito de seu pai: Manuel Pires Dias, após análise aos documentos apresentados (reg. entrada nº 6116 de 26/05/2017), das pesquisas efetuadas por estes serviços, pelos serviços de fiscalização do Município em colaboração com a Junta de Freguesia de Janeiro de Baixo, constatou-se que os prédios rústicos nºs 74, sito na estrada da Barca e o artigo 85, sito no outeiro, ambos da freguesia de Janeiro de Baixo, foram cedidos gratuitamente pelo Sr. Manuel Pires Dias, à data de 08/03/1994 e os mesmos afetos na sua íntegra ao Domínio Público Municipal, uma vez que ficaram integrados nos arruamentos realizados na localidade de Janeiro de Baixo em 12/06/1994. -----

----- Foi ainda apurado que, o artigo rústico inscrito na matriz da Freguesia de Janeiro de Baixo sob o artigo 95, sito na Cova de São Sebastião, foi cedido gratuitamente pelos herdeiros de Manuel Pires Dias ao Município de Pampilhosa da Serra, negócio intermediado pela Junta de Freguesia de Janeiro de Baixo, no ano de 2005, ficando a totalidade da sua área a integrar o Domínio Público Municipal, mais concretamente à ampliação e restauro do "Tronco", local onde antigamente ferravam os bois. -----

----- De acordo com o parecer emitido pela Junta de Freguesia de Janeiro de Baixo (registo de



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

entrada nº 8566 de 19/07/2017) e com a informação interna nº 4106 emitida pelo Serviço de Fiscalização em 21/07/2017, constatou-se que os três artigos matriciais supra referidos, terão passado a integrar o Domínio Público Municipal. -----

----- Assim, com vista à regularização junto do Serviço de Finanças de Pampilhosa da Serra, sugere-se que a Câmara Municipal, ao abrigo do disposto na al. ccc), do nº 1 do art. 33º do Regime Jurídico das Autarquias Locais proponha à Assembleia Municipal que a mesma delibere sobre a afetação dos artigos rústicos nºs 74, 85 e 95, todos da Freguesia de Janeiro de Baixo, ao Domínio Público Municipal, nos termos da alínea q), do artigo 25º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, atenta a sua redação em vigor. -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade propor à Assembleia Municipal que a mesma delibere sobre a afetação dos artigos rústicos nºs 74, 85 e 95, todos da Freguesia de Janeiro de Baixo, ao Domínio Público Municipal, nos termos da alínea q), do artigo 25º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, atenta a sua redação em vigor. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

4.1.2 - Proposta de aprovação do Projeto de Regulamento da Ludoteca Municipal "Pampilho" e encaminhamento para aprovação da Assembleia Municipal

----- Foi presente uma informação dos Serviços Jurídicos do seguinte teor: -----

----- "Face ao quadro legislativo em vigor, nomeadamente o preceituado no Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, o disposto no Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei nº 4/2015, de 7 de janeiro, tendo em conta as deliberações tomadas em reuniões da Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra, realizadas em 13/02/2017 e em 27/03/2017, foi o Projeto de Regulamento da Ludoteca Municipal "Pampilho", submetido a consulta pública, pelo período de 30 dias úteis, para recolha de sugestões, tendo o mesmo sido publicado na 2ª série do Diário da República nº 95, de 17 de maio de 2017, não tendo sido rececionados quaisquer contributos/observações/sugestões. -----

----- Assim, face ao exposto, propõe-se que a Câmara Municipal delibere aprovar a redação final do Projeto de Regulamento da Ludoteca Municipal "Pampilho", que se anexa e, ao abrigo do disposto na alínea k) do nº 1 do artigo 33º e na alínea g), do nº 1 do artigo 25º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, **delibere submeter à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal.** -----

----- À consideração superior." -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

unanimidade aprovar a redação final do Projeto de Regulamento da Ludoteca Municipal "Pampilho" e, ao abrigo do disposto na alínea k) do n.º 1 do artigo 33º e na alínea g), do n.º 1 do artigo 25º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, submeter à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

4.1.3 - Associação Empresarial de Pampilhosa da Serra - Protocolo Financeiro de Cooperação - Transferência de verbas.

----- Foi presente um ofício da Associação Empresarial e de Serviços de Pampilhosa da Serra (AESPS), com o registo de entrada nos Serviços n.º 8865, de 26-07-2017, a solicitar apoio financeiro, destinado a apoiar despesas de funcionamento da Associação, na prossecução das suas atribuições estatutárias, bem como compartilhar as importâncias a despendar com a realização de campanhas de marketing territorial e divulgação das potencialidades do concelho de Pampilhosa da Serra, em meios regionais e nacionais, por forma a obviar os danos e prejuízos na atividade económica concelhia, decorrentes dos incêndios florestais que assolaram o concelho de 17 a 23 de junho do corrente ano, mormente a diminuição do número de turistas e visitantes, o elevado número de cancelamento de reservas nos alojamentos locais concelhios e as consequências gravosas que daí decorrem para o tecido económico local. -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal, tendo em conta a informação de Cabimento comprovativo de fundos disponíveis emitidos pela Secção Financeira, deliberou por unanimidade atribuir à Associação Empresarial e de Serviços de Pampilhosa da Serra, a importância de 55.000,00 €, para os fins supra mencionados, mediante Protocolo, cuja minuta foi presente e, após análise, foi aprovada por unanimidade. -----

----- Mais deliberou conceder poderes ao Senhor Presidente para assinar. -----

----- Senhor Vereador João dos Santos Alves ausentou-se da sala, por estar impedido por lei. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

4.1.4 - Pedido de cedência do Bar da Cal - Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Pampilhosa da Serra

----- Foi presente um ofício (reg. 8948), remetido pela Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Pampilhosa da Serra, no qual solicita a cedência gratuita do



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

Café/Bar do Casal da Lapa, sito junto à albufeira da barragem de Santa Luzia, na corrente época balnear. Com tal cedência a A.H.B.V.P.S. pretende angariar fundos a afetar ao desenvolvimento da sua atividade, dado que o incêndio do passado mês de junho acarretou situações de extrema dificuldade e desgaste, de meios humanos e materiais, provocando avarias em diversas viaturas que importa, agora, reparar. Referindo, anda considerar que toda e qualquer fonte de receita para a A.H.B.V.P.S. se revela de extrema importância para atenuar os danos/prejuízos verificados. -----

----- A Câmara Municipal, após apreciação, considerou que: -----

----- - atento o facto de o contrato de cessão de exploração do imóvel em questão ter caducado em 15/07/2017 e que a manutenção do encerramento do mesmo causará transtornos assinaláveis aos munícipes, veraneantes e visitantes, atendendo à sua localização estratégica, junto de uma das praias fluviais mais frequentadas do concelho, de reconhecida qualidade ambiental, que acolhe milhares de visitantes todos os anos, sobretudo durante a época estival; -----

----- - a abertura de novo procedimento para adjudicação da cessão de exploração daquele imóvel, no decurso a presente época balnear, iria causar um prejuízo tremendo ao interesse público em presença, considerando a tramitação e os prazos que lhe são inerentes; -----

----- - sendo do conhecimento público que o concelho de Pampilhosa da Serra foi fortemente assolado por diversos incêndios entre os dias 17 e 23 de junho, os quais, para além de uma extensa área florestal atingiram muitas localidades do concelho de Pampilhosa da Serra; sendo também do conhecimento público a forma, abnegada e corajosa, como os bombeiros, deste e outros concelhos, combateram o fogo e prestaram auxílio às populações que sofreram com os incêndios, com grande empenho e sacrifício, muitas vezes até ao limite das suas forças; -----

----- - tal calamidade originou danos de diversa índole, no património público e privado, e inclusive em diversas viaturas, propriedade da A.H.B.V.P.S., que importam reparar; -----

----- - na estrita medida das suas atribuições, competências e possibilidades, a Câmara Municipal tem vindo a apoiar e incentivar as iniciativas que se mostrem relevantes e que visem a prossecução dos interesses próprios da população e, nesta medida, considera que o apoio à A.H.B.V.P.S. - consubstanciado na cedência gratuita da exploração do Café/Bar denominado "Bar da Cal", localizado junto da albufeira de Santa Luzia, durante a presente época balnear, como medida urgente e de exceção, com vista a angariar fundos necessários à reparação das suas viaturas - poderá contribuir para dotar aquela associação de meios financeiros para reparar as viaturas danificadas e, assim, permitir-lhe atuar eficazmente em prol da segurança e bem estar da população e floresta



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

concelhia; -----

----- Pelo exposto, atentos os princípios da prossecução do interesse público e da boa administração previstos nos artigos 4º e 5º do Código do Procedimento Administrativo, e o disposto nas alíneas o) e u) do nº 1 do artigo 33º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12/09, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, apoiar a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Pampilhosa da Serra, cedendo-lhe o uso gratuito e exploração do Café/Bar denominado "Bar da Cal", localizado junto da Albufeira de Santa Luzia, concelho de Pampilhosa da Serra, até ao dia 10 de setembro de 2017, permitindo-lhe a utilização de todos os bens móveis/equipamentos e utensílios, propriedade do Município, que se encontram no aludido espaço e que constarão em anexo ao Protocolo de Colaboração a celebrar entre as partes. -----

----- Nos termos do disposto no nº 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

4.1.5 - Liberação da caução referente ao contrato de cessão de exploração do Café Bar do Casal da Lapa

----- A Câmara Municipal tomou conhecimento do teor do Despacho, proferido pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal em 28-07-2017, o qual se dá por integralmente reproduzido para os devidos e legais efeitos, com ele concordando. -----

----- Mais deliberou, por unanimidade, proceder à liberação da caução no valor de 10.000,00 Euros, prestada em 15-07-2015, por depósito em dinheiro na Tesouraria da Câmara Municipal (OT-26860202), por emissão de cheque à ordem de Rúben André Leitão da Silva Romão, naquele montante. -----

----- Nos termos do disposto no nº 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

4-2 - TAXAS E LICENÇAS

4.2.1 - Rancho Folclórico de Pampilhosa da Serra - Pedido de isenção de taxas para o evento "Festival de Ranchos" no dia 22 de julho de 2017.

- Ratificação

----- Na sequência do requerimento de pedido de isenção de taxas para o evento "Festival de Ranchos" no dia 22 de julho de 2017, formulado pelo Rancho Folclórico de Pampilhosa da Serra, e tendo em conta a informação emitida pelos Serviços de Taxas e Licenças, com base no Regulamento Geral de Taxas Municipais do Município de



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

Pampilhosa da Serra, na qual constam o valor das taxas a isentar: -----
----- - Apreciação do pedido - 40.60 €; -----
----- - Emissão de Licença - 11.12 €; -----
----- - Total - 51.72 €. -----
----- A Câmara Municipal deliberou por unanimidade ratificar. -----
----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

4.2.2 – Restituição de valores referentes a faturação de água.

----- Foi presente uma informação dos Serviços de Taxas e Licenças, do seguinte teor: --
----- “ Tendo sido remetida aos serviços deste Município uma exposição por parte do Sr. António Costa Martins, referente a uma habitação sita em Malhada do Rei, respeitante ao consumidor nº 13858, com o contador nº 00045880, na qual é referido que o consumo de água faturado nos documentos nºs 51886/2015, 3697/2019 e 8282/2016, não foi efetuado pelo consumidor mas foi sim decorrente de uma intervenção por parte dos serviços municipais. -----
----- Depois de analisado o processo, verificou-se que de facto os serviços realizaram uma intervenção no ramal da referida habitação tendo deixado as torneiras de segurança abertas o que terá provocado o consumo anómalo. -----
----- Face ao exposto e sendo que a habitação não é permanente e que em iguais períodos não apresenta consumo, depreende-se que o valor faturado nos documentos referidos no montante global de 97,98 €, aos quais se forem descontados os valores fixos de faturação no montante de 14,66 €, implica um valor faturado não imputável diretamente ao consumidor de 83,32 €. -----
----- À consideração superior a análise ao atrás referido.” -----
----- Face ao exposto e após análise, a Câmara Municipal, deliberou por unanimidade restituir ao consumidor em apreço, o valor de 83,32 €. -----
----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

5 – DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL

5.1 – GABINETE DE APOIO AO MUNÍCIPE E EMPRESÁRIO

5.1.1 – Incentivo à Criação de Emprego em Pampilhosa da Serra – Comissão de Melhoramentos Unidos de Malhada do Rei
- Candidatura de Albertina de Jesus Martins



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

----- Foi presente uma informação do Gabinete de Apoio ao Município e Empresário, do seguinte teor: -----

----- “Deu entrada nos Serviços desta Autarquia, em 30 de junho de 2017, sob o registo nº 7599, um Requerimento / Candidatura, subscrito por Roberto Paulo Costa Almeida, na qualidade de Presidente da Direção da Comissão de Melhoramentos Unidos de Malhada do Rei, associação com sede em Malhada do Rei, NIPC 501551760, no âmbito do Incentivo à Criação de Emprego em Pampilhosa da Serra, que consiste na atribuição de um subsídio não reembolsável, no valor de 5000,00 € (cinco mil euros) por cada novo posto de trabalho criado e cujo Regulamento foi publicado na 2ª série do Diário da República, nº 193, datado de 2 de outubro de 2015. -----

----- Constata-se que, de acordo com o cumprimento do Regulamento de Incentivo à Criação de Emprego em Pampilhosa da Serra a Comissão de Melhoramentos Unidos de Malhada do Rei apresenta a Candidatura / Requerimento, conforme o disposto no artigo 8º do Regulamento em vigor, anexando ao mesmo os documentos referidos, de acordo com a Grelha de Verificação, que se anexa a esta informação. -----

----- Para usufruir deste incentivo, a Comissão de Melhoramentos Unidos de Malhada do Rei refere que o posto de trabalho que criou, conforme consta o requerimento e cópia do contrato de trabalho anexo, visa a dinamização do espaço da casa de convívio, no local de Malhada do Rei. -----

----- Mais se informa que, de acordo com o disposto no artigo 8º, ponto “5.2.1 – “Elaboração de informação no sentido de estarem cumpridos os pressupostos definidos no presente Regulamento, para atribuição do Incentivo e consulta aos Serviços Financeiros da Autarquia a fim de aferir a existência de fundos disponíveis e o demais, visando o cumprimento da legislação que sobre a matéria estiver em vigor” do referido Regulamento, informa-se que este apoio financeiro tem compromisso na Classificação Orgânica 0102, Classificação Funcional 430, Classificação Económica 040701, GOP – 044302016/6038 Ac.1, com o número sequencial 23354, conforme informação dos Serviços Financeiros, datada de 2017-07-14. -----

----- Face ao exposto e de acordo com o cumprimento dos pressupostos definidos no Regulamento, remete-se à consideração de V.Exª a Candidatura apresentada pela Comissão de Melhoramentos Unidos de Malhada do Rei para atribuição do referido Incentivo.” -----

----- A Câmara Municipal, após análise, deliberou por unanimidade aprovar. Mais deliberou conceder poderes ao Senhor Presidente da Câmara para assinar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

6- DIVISÃO TÉCNICA DE OBRAS E URBANISMO

6.1 - OBRAS PÚBLICAS

6.1.1 - Relatório Final de Análise das Propostas



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA
CÂMARA MUNICIPAL

- Concurso Público para Execução da Empreitada "Parque de Caravanismo_Pampilhosa da Serra
- Processo nº 142017

----- Foi presente o Relatório Final elaborado nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 148º do Código da Contratação Pública, aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de janeiro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei nº 278/2009 de 2 de outubro e pelo Decreto-Lei nº 149/2012 de 12 de julho. -----

----- O citado Relatório encontra-se acompanhado do Relatório Preliminar elaborado nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 148º do citado Código dos Contratos Públicos. -----

----- De acordo com o conteúdo do Relatório Final, verifica-se que o Concorrente classificado em primeiro lugar, de acordo com os critérios de adjudicação previstos no Programa de Concurso, é o Concorrente nº 2 - **José António Parente, Lda.**, e que se propõe executar a empreitada pelo valor de **348.418,64 €** (trezentos e quarenta e oito mil quatrocentos e dezoito euros e sessenta e quatro centimos), acrescido do Imposto Sobre o Valor Acrescentado à taxa legal em vigor, com o prazo de execução de 210 dias. -----

----- Mais se verifica que em sede de Audiência Prévia ao relatório preliminar, o júri não recebeu por parte dos concorrentes qualquer observação, discordância ou reclamação sobre o processo durante o prazo previsto. -----

----- Após análise dos elementos presentes, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade adjudicar a empreitada à empresa **José António Parente, Lda.**, pelo valor de **348.418,64 €** (trezentos e quarenta e oito mil quatrocentos e dezoito euros e sessenta e quatro centimos), acrescido do Imposto Sobre o Valor Acrescentado à taxa legal em vigor, com o prazo de execução de 210 dias-----

----- Mais deliberou que o citado Concorrente deverá ser notificado para proceder à entrega dos documentos de habilitação previstos no artigo 81º do Código dos Contratos Públicos e à prestação de caução no valor de 5% do preço contratual, nos termos do disposto no artigo 88º e seguintes do referido Código e dentro dos prazos previstos no Programa de Concurso (10 dias). -----

----- Nos termos do disposto no nº 3 e nº4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

6.1.2 – Relatório Final de Análise das Propostas

- Concurso Público para Aquisição de Bens
- Aquisição de Gasóleo Rodoviário_2017/2018/2019
- Processo nº 112017



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

----- Foi presente o Relatório Final elaborado nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 148º do Código da Contratação Pública, aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de janeiro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei nº 278/2009 de 2 de outubro e pelo Decreto-Lei nº 149/2012 de 12 de julho. -----

----- O citado Relatório encontra-se acompanhado do Relatório Preliminar elaborado nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 148º do citado Código dos Contratos Públicos. -----

----- De acordo com o conteúdo do Relatório Final, verifica-se que o Concorrente classificado em primeiro lugar, de acordo com os critérios de adjudicação previstos no Programa de Concurso, é o Concorrente nº 6 - **BP Portugal, S.A.**, pelo valor de **700.260,00 €** (setecentos mil duzentos e sessenta euros), acrescido do Imposto Sobre o Valor Acrescentado, correspondente a um desconto unitário de 0,139 € (S/IVA), com um prazo máximo de fornecimento de 48 horas após a formulação do pedido e durante um período máximo contínuo de 24 meses. -----

----- Mais se verifica que em sede de Audiência Prévia ao relatório preliminar, o júri não recebeu por parte dos concorrentes qualquer observação, discordância ou reclamação sobre o processo durante o prazo previsto. -----

----- Após análise dos elementos presentes, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade adjudicar a aquisição contínua de bens ao Concorrente nº 6 - **BP Portugal, S.A.**, pelo valor máximo de **700.260,00 €** (setecentos mil duzentos e sessenta euros), acrescido do Imposto Sobre o Valor Acrescentado, correspondente a um desconto unitário de 0,139 € (S/IVA), com um prazo máximo de fornecimento de 48 horas após a formulação do pedido e durante um período máximo contínuo de 24 meses. -----

----- Mais deliberou que o citado Concorrente deverá ser notificado para proceder à entrega dos documentos de habilitação previstos no artigo 81º do Código dos Contratos Públicos e em conformidade com o ponto 19 do programa de procedimento, bem como, confirmar, se for o caso, os compromissos assumidos por terceiras entidades relativos a atributos ou a termos ou condições da proposta adjudicada. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

6.1.3 - Construção do Centro de Saúde de Pampilhosa da Serra

- Concurso nº 022014

- Substituição de garantia inicial em dinheiro por garantia bancária

----- Foi presente uma informação dos Serviços Técnicos de Obras, do seguinte teor: ----

----- “ Para efeitos do disposto no artigo 353º do Código dos Contratos dos Contratos Públicos, publicado no Decreto Lei nº 18/2008 de 29/01 e republicado no Decreto Lei nº 278/2009 de 02 de



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

outubro, o Município em cada um dos pagamentos efetuados ao adjudicatário CIP, Construção, S.A., reteve 5% do valor a pagar. -----

----- No decurso do pagamento dos 15 autos da empreitada, o Município procedeu à retenção do montante total de 39.053,05 €. -----

----- Em 25/07/2017, através do ofício registado sob o n.º 8788, a firma em epígrafe, ao abrigo e para efeitos do disposto no artigo 294º do Código dos Contratos dos Contratos Públicos, veio solicitar autorização para proceder à apresentação de uma garantia bancária / seguro caução em substituição das retenções efetuadas aquando do pagamento dos autos. -----

----- Atendendo a que a garantia bancária / seguro caução, desde que emitidos de acordo com o previsto nos elementos do concurso e Código dos Contratos dos Contratos Públicos, em nada diminui as garantias para o Município, entende-se que poderá ser autorizada tal substituição. -----

----- À consideração superior." -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal, deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

6.2 - OBRAS PARTICULARES

6.2.1 - Emissão de Certidão - Restituição de taxas por duplicação de pagamento

- Processo n.º 2016/450.30.003/66

- Requerente: Nazaré da Veiga Nunes de Almeida Gonçalves Barroso

- NIF: 102 825 947

----- Foi presente uma informação dos Serviços Administrativos Urbanismo, do seguinte teor: -----

----- " Em 15/07/2016 deu entrada no serviço de obras particulares do Município, o pedido de emissão de certidão comprovativa de que o prédio urbano sito na Rua do Moinho (São Pedro), na vila, freguesia e concelho de Pampilhosa da Serra, artigo urbano n.º 2779, confronta pelo lado sul com caminho público. -----

----- O pedido obteve deferimento por despacho do Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal emitido em 20/07/2017, tendo sido solicitada a liquidação de taxas pelo ofício n.º 4312 de 25/07/2016. -----

----- As taxas devidas pela emissão foram liquidadas através da guia de receita n.º 389 de 26/07/2016. -----

----- Porém em 15/08/2016, foi novamente efetuado o pagamento da referida quantia por transferência bancária para a conta n.º 05820001032493055, deste Município na Caixa Geral de Depósitos. -----



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

----- *Em face do exposto, houve duplicação de pagamento das taxas devidas, no valor de 11,06 €.*
----- *Nestes termos, propõe-se a restituição do valor de 11,06 €, pago em duplicado.* -----
----- *À consideração superior."* -----
----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----
----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

7 - DIVISÃO SÓCIO CULTURAL E EDUCATIVA

7.1 - AÇÃO SOCIAL

7.1.1 - Proposta de Assinatura de "Declaração Contra o Anti Ciganismo"

----- Foi presente uma informação do Gabinete de Ação Social, do seguinte teor: -----
----- "O Conselho da Europa adotou a Declaração Contra o Anti Ciganismo após aprovação na 32ª sessão de Congresso dos Poderes Locais e Regionais. -----
----- A Declaração constitui uma "Declaração dos Presidentes de Câmara e dos Representantes Locais e Regionais Eleitos dos Estados-Membros do conselho da Europa contra o Anti Ciganismo", destacando assim a importância do respeito pelos direitos humanos, os valores de democracia e a necessidade de combater todas as formas de discriminação de que são alvo as comunidades ciganas. -----
----- Importa referir que os dados do Município e a referida assinatura serão introduzidos numa Plataforma online da "European Alliance of Cities and Regions for the Inclusion of Roma and Travellers". -----
----- Face ao exposto e após análise, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar e assinar a referida Declaração. -----
----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

7.1.2 - Pedido de isenção de pagamento do Programa de Tempos Livres - JULHO EM AÇÃO

----- Foi presente uma informação do Gabinete de Ação Social, do seguinte teor: -----
----- "No âmbito da participação das crianças abaixo identificadas no Programa JULHO EM AÇÃO, e atendendo à situação socioeconómica das mesmas, solicita-se a isenção de pagamento do valor da inscrição (10€) e do programa de tempos livres (20€). -----



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

----- Segue em anexo as informações sociais para clarificar a situação socioeconómica de cada agregado. -----

NOME	LOCALIDADE	PEDIDO DE ISENÇÃO
Diana Margarida Leitão Martins	Dornelas do Zêzere	Inscrição (10€) Programa (20€)
Tânia Patrícia Leitão Martins	Dornelas do Zêzere	Inscrição (10€) Programa (20€)
Lara Isabel Gomes Marques	Barroca Grande	Inscrição (10€) Programa (20€)

----- À consideração superior." -----

----- A Câmara Municipal, depois de analisar, deliberou por unanimidade isentar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

7.1.3 – Proposta de atribuição de apoio – Ação Social Escolar

----- A Câmara Municipal deliberou por unanimidade retirar da Ordem de Trabalhos o assunto supra, a fim de complementar a informação. -----

7.2 – DIVISÃO SOCIOCULTURAL E EDUCATIVA

7.2.1 – Comunicação da celebração do contrato “Aquisição de Serviços de Agenciamento de Espetáculos Musicais para o Evento Feira de Artesanato e Gastronomia 2017” nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 49º da Lei nº 42/2016 de 28/12 (LOE 2017).

----- Foi presente uma informação da Divisão Sociocultural e Educativa, do seguinte teor: -----

----- “ Na sequência da necessidade de se proceder à comunicação em epígrafe, cumpre-me informar o seguinte: -----

----- De acordo com o disposto no n.º 4 do artº 49º da Lei do Orçamento do Estado para 2017, aprovada pela Lei nº 42/2016, de 28 de dezembro “A celebração ou renovação de contrato de aquisição de serviços é obrigatoriamente comunicada, no prazo de 30 dias contados da assinatura do contrato, ao membro do Governo responsável pela área das finanças, em termos a fixar por portaria deste”. -----

----- Ainda de acordo com o n.º 12 do artº 49º da Lei do Orçamento do Estado para 2017,



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

aprovada pela Lei nº 42/2016, de 28 de dezembro "Nas autarquias locais e nas entidades do setor empresarial local, a comunicação prevista no nº 4 é feita ao órgão executivo e a autorização referida nos nºs 3 e 5 é emitida pelo presidente do órgão executivo". -----

----- *Assim, atenta a conjugação do nº 4 com o nº 12, do artº 49º da Lei do Orçamento de Estado para 2017, comunica-se ao órgão executivo a celebração do contrato "Aquisição de Serviços de Agenciamento de Espetáculos Musicais para o Evento Feira de Artesanato e Gastronomia 2017", em 14 de julho de 2017, entre o Município de Pampilhosa da Serra e Plateia Original, Unipessoal Lda, no valor de 74.000,00 € (setenta e quatro mil euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor."*

----- A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

III - PERÍODO ABERTO AO PÚBLICO

----- A Câmara Municipal, concedeu uma hora de período aberto ao público, de acordo com o estabelecido no Decreto-Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- Esgotado que foi o tempo e não tendo aparecido nenhum munícipe, o Sr. Presidente deu por terminado o período aberto ao público. -----

ENCERRAMENTO

----- Não havendo mais assuntos a tratar, foi declarada encerrada a reunião, quando eram onze horas, dela se lavrando esta ata, que foi posteriormente assinada pelo Sr. Presidente, José Alberto Pacheco Brito Dias e por mim, Sandra Maria da Silva Seco, Técnica Superior, que redigi e subscrevi. -----




